



**PUC  
GOIÁS**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA  
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO  
MONOGRAFIA JURÍDICA

**A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E UMA POSSÍVEL RUPTURA COM A  
ORDEM DEMOCRÁTICA  
UMA ANÁLISE À LUZ DA OBRA VOX**

ORIENTANDA: LARA GABRIELLY DE LIMA  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. FERNANDA DE PAULA FERREIRA MOI

GOIÂNIA-GO  
2022

LARA GABRIELLY DE LIMA

**A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E UMA POSSÍVEL RUPTURA COM A  
ORDEM DEMOCRÁTICA**  
UMA ANÁLISE À LUZ DA OBRA VOX

Monografia Jurídica apresentada à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS).

Profa. Orientadora: Dra. Fernanda de Paula Ferreira Moi

GOIÂNIA-GO

2022

LARA GABRIELLY DE LIMA

**A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E UMA POSSÍVEL RUPTURA COM A  
ORDEM DEMOCRÁTICA**  
UMA ANÁLISE À LUZ DA OBRA VOX

Data da Defesa: 25 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Paula Ferreira Moi Nota

---

Co-orientadora: Profa. Ma. Sara de Castro Cândido Nota

---

Examinadora Convidada: Profa. Dra. Fernanda da Silva Borges Nota

Àqueles que lutaram e lutam bravamente pela Democracia.

## **AGRADECIMENTOS**

A jornada acadêmica é árdua e, certamente, seria mais difícil se não fosse trilhada ao lado de amigos e professores que nos acompanham e que nos guiam ao longo dos anos. Sou afortunada por ter ao meu lado pessoas que sonham comigo e que me incentivam em tudo que me proponho a fazer. Assim, agradeço primeiramente à minha mãe, Neide Maria da Cruz, por ter feito da educação uma prioridade e por fomentar a busca constante pelo conhecimento, agradeço também ao meu pai, Leonardo Claudino de Lima, que contribuiu grandemente para a minha chegada até aqui. Agradeço à Larissa por ter me acompanhado em todo o processo de escrita deste trabalho e por mergulhar comigo nesta pesquisa. Agradeço aos meus amigos pela amizade cultivada há anos e por acreditarem em mim em momentos em que eu mesma duvidei. Por fim, agradeço à professora Fernanda Moi por confiar na minha competência e por me guiar sabiamente, aguçando em mim habilidades e desejos inertes, e à professora Sara de Castro pela confiança depositada na minha pesquisa. Construir este trabalho ao lado de grandes mulheres foi inexplicavelmente prazeroso.

“Às vezes eu refletia sobre isso, sobre como crianças podem se transformar em monstros, como aprendem que matar é certo e a opressão é justa, como em uma única geração o mundo pode mudar tanto até ficar irreconhecível.”

- Christina Dalcher

## RESUMO

A presente monografia teve como objetivo analisar o processo de militarização das escolas públicas e de que forma este procedimento pode ser utilizado por governos e líderes autoritários para atacar as bases da Democracia brasileira valendo-se das lacunas presentes no texto constitucional. Para isso utilizou-se a Literatura como método comparativo de pesquisa jurídica. Entender o papel das distopias na sociedade é fundamental para compreender e traçar o futuro do país a partir do que tem sido feito por aqueles que ascendem ao poder. A análise comparativa entre a distopia "Vox", escrita por Christina Dalcher, e a realidade brasileira possibilitou a compreensão das consequências que poderão advir de ações sorrateiras de líderes autoritários caso a população mantenha-se inerte e de que forma a padronização do regime dentro das escolas fere as individualidades de cada aluno e como isso refletirá na sociedade do futuro.

**Palavras-chave:** Literatura. Distopia. Militarização das escolas. Democracia. Autoritarismo.

## ABSTRACT

The monograph aimed to study the process of militarization of public schools and how the form of democracy presented in Brazil can be used by authoritarian governments and leaders to attack the bases of Democracy using the gaps in the constitutional text. For this to use Literature as a method of comparison of legal research. Understanding the role of sinks in society is fundamental to understanding and charting the country's future based on what has been done by those who ascend to power. The comparative analysis "Brazilian Vox" between the writing by Christina Dalcher, and the understanding of the Brazilian consequences can come from leaders of authoritarian actions in the life of the administration-headquarters in the case of administration of schools within schools. hurts the individualities of each student and how this will reflect on the society of the future.

**Keywords:** Literature. Dystopia. Militarization of Schools. Democracy. Authoritarianism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 O PAPEL DAS DISTOPIAS NA LITERATURA</b> .....	<b>11</b>
1.1 O QUE SÃO DISTOPIAS? .....	12
1.2 COMO AS DISTOPIAS FORAM UTILIZADAS PARA CRITICAR GOVERNOS AUTORITÁRIOS QUE ASCENDIAM AO PODER? .....	14
1.3 O PAPEL DA SOCIEDADE EM UMA REALIDADE DISTÓPICA .....	17
<b>2 A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO FORMA DE SUBVERTER A DEMOCRACIA</b> .....	<b>20</b>
2.1 A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL .....	21
2.2 AS DESVANTAGENS DE UMA DITADURA MANIFESTA E A SUBVERSÃO DA DEMOCRACIA .....	25
2.3 O DESRESPEITO ÀS LIBERDADES INDIVIDUAIS E O TOLHIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO .....	29
<b>3 VOX E A PROJEÇÃO DE UM FUTURO DISTÓPICO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA</b> .....	<b>32</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

A pesquisa científica proporciona aos pesquisadores a oportunidade de entenderem profundamente os questionamentos que os levaram a escolher o objeto do seu trabalho e que estão atrelados aos seus ideais.

A ascensão de líderes autoritários com apoio populacional nos últimos anos conduziu um forte ataque às bases da Democracia brasileira, despertando sentimentos de pavor naqueles que, assim como Leandro Karnal (2016) que, apesar afirmar que a “Democracia não é o paraíso, mas ela consegue garantir que a gente não chegue no inferno”, reconhecem a sua importância social.

Assim, a presente pesquisa buscará analisar de que modo a militarização das escolas pode ser uma manobra implantada e aceita socialmente para desestruturar as bases democráticas respeitando os processos constitucionais e valendo-se das brechas deixadas nas entrelinhas da Constituição.

Para isso, far-se-á uso da Literatura como método de pesquisa a fim de se compreender a distopia como gênero literário para, posteriormente, entender o seu papel no despertar da sociedade para um perigo iminente, bem como para realizar análise comparativa entre as sanções vivenciadas por personagens de autores distópicos com as consequências futuras advindas da ascensão de um governo autoritário no Brasil.

No primeiro capítulo, portanto, explicará o que são distopias e de que modo foram usadas como forma de ataque a governos autoritários que ascendiam ao poder na época em que foram escritas. O despertar social proporcionado pela projeção de um futuro exagerado faz com que seja possível impedir que políticos com ideias ditatoriais tomem os seus almeçados lugares.

Na segunda parte, discorrerá sobre como a subversão da Democracia se faz possível a partir da militarização das escolas. Para tal, será necessário entender o controle social exercido pelo Estado e por que, atualmente, não há mais que se falar em uma ditadura manifesta, mas, ainda assim, de que modo é possível tolher o pensamento crítico e atacar diretamente as liberdades individuais conquistadas até aqui.

Por fim, fará uso do método comparativo para vislumbrar de que forma as consequências vivenciadas pela população dos Estados Unidos após a ascensão atual de um líder autoritário ao poder. A análise entre a realidade brasileira e a distopia

escrita por Christina Dalcher (2018) permitirá projetar um futuro para o Brasil caso a sociedade se mantenha apática e seguindo os caminhos traçados por políticos essencialmente ditadores.

Assim, ao final da pesquisa será possível compreender o contexto histórico, as ações presentes e um possível futuro a partir do processo de militarização das escolas, expondo algumas das maneiras encontradas para atacar o Regime Democrático a partir das suas próprias garantias.

## 1 O PAPEL DAS DISTOPIAS NA LITERATURA

A Literatura se faz presente na vida do homem desde os primórdios, seja pela necessidade de registrar informações importantes ou pelo carecimento de momentos de distração que permitiam viagens a lugares extraordinários através da imaginação humana, sendo, portanto, uma maneira exclusiva, se observado que a arte de imaginar é inteiramente individual, de se criar uma perspectiva ilusória própria.

François Ost, em sua obra *Contar a Lei: fontes do imaginário jurídico* (2004), se vale da característica literária de estimular constantemente o imaginário do leitor para correlacionar a Literatura com o Direito. Para ele, assim como nas leituras de livros, o juiz precisa se valer do seu imaginário para compreender o que está sendo julgado e para chegar a uma conclusão justa e compatível com as leis vigentes, o que é intitulado por ele de “imaginário jurídico”.

A partir do pensamento de Ost, percebe-se que a Literatura permeia todas as camadas da vida humana, seja durante a reflexão sobre o passado, na narrativa do presente ou na construção imaginativa de um futuro ainda longínquo, mas que renova a esperança e a força de quem almeja uma vida ideal.

Sendo assim, a insatisfação humana com os aspectos sociais vivenciados, a busca por melhores condições de vida e a fé sustentada em um horizonte que garantiria novas e súperas possibilidades fizeram com que, no século XV, Thomas More difundisse o uso da palavra utopia. Significando, etimologicamente, “lugar nenhum”, a expressão foi utilizada para denominar a obra que narrava as características de uma ilha livre de tudo o que era visto negativamente na Inglaterra à época.

Na contramão da idealização de um futuro primoroso, as distopias surgiram e se tornaram uma forma de manifestação popular respeitada no século XX que tinham por objetivo alertar a sociedade sobre as trágicas consequências que adviriam das ações governamentais que ameaçavam os direitos de quem vivia naquele período.

O contraste entre estas duas formas de representar o futuro pode ser bem observado na análise feita por Leomir Cardoso Hilário a partir da obra *Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*, escrita por Russell Jacoby no ano de 2007:

As utopias buscam a emancipação ao visualizar um mundo baseado em ideias novas, negligenciadas ou rejeitadas. Sua confiança no futuro é o fundamento normativo que lhe garante eficácia ideológica. As distopias, por sua vez, buscam o assombro, ao acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade. (JACOBY *apud* HILÁRIO, 2013, p. 205)

Destarte, pode-se compreender as distopias como previsões trágicas e exageradas do futuro, escritas com base na observação do comportamento autoritário dos líderes que ascendiam ao poder com ou sem apoio popular. A característica surrealista das narrativas busca alertar os leitores e despertar a sua atenção para a realidade, com o intuito de que as ações de tais governantes sejam barradas antes de conduzirem a sociedade para um futuro semelhante ao criado no imaginário dos autores.

### **1.1 O QUE SÃO DISTOPIAS?**

A popularização dos gêneros literários, a depender da forma como é dada, pode resultar na não compreensão do que foi pensado por seus autores e no desvio dos seus significados, dificultando o seu principal objetivo que, no tocante às distopias, é despertar a população para um perigo iminente previsto a partir da análise e da reflexão acerca dos caminhos traçados por quem detém o poder.

A contextualização histórica é o pontapé inicial no estudo de teorias e de acontecimentos que moldaram o mundo, positivamente ou não, até que ele se tornasse o que conhecemos hoje como realidade presente. Sendo assim, a compreensão do que é distopia dar-se-á a partir da busca pelo contexto nos quais seus autores estavam inseridos à época em que as escreveram. Pois, assim, será possível compreender os questionamentos levantados sem que haja um contrapeso comparativo com a atualidade. Neste diapasão, a fim de esclarecer a importância da distopia, Hilário traz a diferenciação da narrativa distópica em relação às obras que apresentam uma visão futurista qualquer:

A narrativa distópica não se configura apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente. Ela busca fazer soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie. (HILÁRIO, 2013, p. 206)

Neste sentido, entende-se por que na atualidade e fora do seu contexto original obras como *A Revolução dos Bichos*, escrita por George Orwell, podem despertar a sensação de uma narrativa medíocre, rasa e insuficiente ou porque a ilha utópica de Thomas More pode ser vista apenas como um delírio imaginativo infundado e não como uma obra dedicada ao estudo da Inglaterra e dos problemas político-sociais que assombravam o seu território.

À luz dessa análise, vislumbra-se a distopia como uma “utopia negativa”, termo utilizado por Jacoby (2007) para definir os autores distópicos como “utopistas negativos”, e não uma arma utilizada para lutar na direção contrária às utopias.

No entanto, ao contrário da característica realista da utopia, projetando um futuro detalhadamente perfeito, as distopias valem-se do exagero caricatural para potencializar os alertas narrados e chamar a atenção da sociedade através do engrandecimento do problema. Afinal, como traduzido por Hilário (2013) a partir da obra de *Cândido* (2005), “nada mais eficaz para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la”.

Todavia, apesar de serem apresentadas como previsões carnavalescas, as obras alcançaram seu objetivo e atingiam com precisão o calcanhar de Aquiles de quem tinha seus passos sorrateiros narrados de maneira didática para a população.

Contudo, a escrita de cada fascículo despertava a ira e resultava em trágicas sentenças para os seus autores, como as diversas prisões vividas por Zamiátin, autor da obra “*Nós*”, publicada em 1924 ainda nos primeiros anos após a Revolução Russa na rudimentar União Soviética. Sua narrativa era vista pelos líderes que ocupavam a chefia estatal como uma crítica às suas ações e como uma tentativa de se organizar um levante populacional contra o governo.

Portanto, cabe mencionar que as distopias far-se-ão presentes durante a ascensão de regimes autoritários que caminham na contramão dos avanços políticos, sociais e econômicos conquistado ao longo dos anos com luta, suor e sangue derramado. Hilario (2013) traz características importantes para o entendimento dessas narrativas e que impossibilitam o desvio interpretativo por quem deseja se valer das obras para dar continuidade à trajetória vergonhosa de seus antecessores:

A narrativa distópica é antiautoritária, insubmissa e radicalmente crítica. As distopias continuam sendo utopias, no sentido que Jacoby (2001, p. 141) lhe deu, isto é, não apenas como a visão de uma sociedade futura, mas como

uma capacidade analítica ou mesmo uma disposição reflexiva para usar conceitos com a finalidade de visualizar criticamente a realidade e suas possibilidades. (HILÁRIO, 2013, p. 206)

Por fim, para que não haja dúvidas quanto ao significado e à importância das distopias, é possível valer-se das reflexões de Michael Lowy sobre Walter Benjamin estendida à narrativa distópica por Hilário (2013):

Toda sua obra pode ser compreendida como uma espécie de “aviso de incêndio” dirigido a seus contemporâneos, um sino que repica e busca chamar a atenção sobre os perigos iminentes que os ameaçam, sobre as novas catástrofes que se perfilam no horizonte. (LÖWY, 2005, p. 32).

Afinal, a função de um aviso de incêndio - e, nesse caso, da distopia, - é alertar as pessoas que ocupam determinado local sobre o que está prestes a acontecer a fim de que elas se movam e livrem-se dos perigos que se aproximarão num futuro próximo.

## **1.2 COMO AS DISTOPIAS FORAM UTILIZADAS PARA CRITICAR GOVERNOS AUTORITÁRIOS QUE ASCENDIAM AO PODER?**

O século XX foi marcado por guerras e crises que disseminaram o medo na sociedade. Um país vivendo uma realidade pós-guerra encontra-se devastado, com sua economia completamente desestabilizada, a sua política externa precisa ser reconstruída e a população está extremamente assustada, desamparada e, muitas vezes, sem recursos mínimos para a sua subsistência. A morte de militares, civis, adultos e crianças despertam um sentimento de revolta e de descrença no futuro. Imagens como a foto da menina Kim Phuc Phan Thi, que teve o seu corpo queimado por substâncias químicas durante a Guerra do Vietnã, em 1972, mostram e relembram ano após ano quais são os resquícios deixados pela disputa entre potências (ou não) mundiais.

**Figura 1 – O retrato da guerra**



Fonte: Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/a-menina-da-foto-a-historia-por-tras-de-um-simbolo-da-guerra-do-vietna/>>

A sensação de que não há nada que possa restabelecer e garantir uma boa vida à população abre alas para a ascensão de sádicos líderes que inflam os pulmões para fazerem promessas infundadas e pautadas nas dores vivenciadas por todos os cidadãos. Dessa forma, na contramão da revolta e da indignação e firmados pela fé no futuro, a sociedade se acomoda e alimenta um sentimento de reverência e de esperança ao ouvirem e acreditarem na possibilidade de um mundo ainda melhor.

Apesar de ter sido iniciada antes do século XX, a distopia ganhou força após os cem anos de terror vividos pelo mundo. O seu principal objetivo é alertar aos que creem nessas inverdades que se trata de um discurso falacioso e que antecede a escalada de um governo autoritário que busca se aproveitar dos abalos sofridos pelo país para inserir em sua estrutura o DNA da censura, da privação de liberdade, do patriarcado, do machismo, do racismo e de tantas outras violências defendidas por esses regimes.

Neste diapasão, autores, como Orwell (1945) e Zamiátin (1924), encontraram na literatura uma possibilidade de exemplificar as trágicas consequências que seriam provenientes de cada passo dado por governos autoritários na tentativa de alertar a população que, agindo rapidamente, poderia impedir o avanço desses regimes.

O exagero retratado nas obras distópicas foram pensados propositalmente para despertar a sensação de desespero nos leitores e possui a intenção de apresentar o pior dos cenários futuros, caso as ações dos governantes que alcançaram o poder continuem caminhando pela mesma trilha. Em um artigo que analisa a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América sob a luz da obra “Não vai acontecer aqui”, Alice de Araújo Nascimento Pereira expõe o objetivo por trás do excesso presente na previsão do futuro nas distopias:

É um atributo das distopias exagerar fatos nos enredos exatamente para chamar atenção do leitor, despertando indignação, repulsa e até incredulidade, mas para que este possa ter um novo olhar sobre as condições e questões do seu presente. (PEREIRA, 2018, p. 18)

Portanto, entende-se que a criação de universos paralelos e de sociedades irreais é um instrumento de luta, pois, alcançando e fomentando a revolta populacional, seria um forte inimigo no enfrentamento e na derrocada de líderes autoritários.

No entanto, apesar do exagero utilizado na descrição das obras, era necessário que houvesse semelhança com a atualidade para que a sociedade entendesse que a sua realidade poderia se transformar naquilo que estava sendo narrado. Por isso, apesar da mudança dos personagens e da designação de ações humanas para animais, como feito por Orwell em “A Revolução dos Bichos”, é possível se reconhecer no papel de cada um deles. Tanto é que, durante o desenrolar do enredo, é possível se reconhecer como um dos animais da granja do Sr. Jones. Ali, consegue-se identificar uma estrutura social em que cada pessoa possui uma função que contribui para a ascensão de um grande irmão e não merece o devido reconhecimento por suas realizações, tendo a sua vida destinada ao trabalho e ao fracasso. Fonte

Todavia, aos passos da obra supracitada, é preciso compreender que nem sempre – se não na maioria das vezes -, aqueles que se dizem complacentes com as nossas dores são sinceros. A busca incessante pelo poder faz com que os seus caçadores se tornem e ajam como máquinas, sem nenhum respingo de humanidade. Por isso, as distopias voltam o seu foco para a toda a sociedade e não para um grupo específico, pois tratando de assuntos que atingem quase que igualmente em toda a população, será possível estruturar um exército que luta pela prevenção das desgraças que poderão surgir a partir dos governos autoritários.

Tal comportamento pode ser observado tanto nas figuras dos líderes que, apesar de fazerem parte do mesmo povo, se sentem superiores e colocam os seus interesses de poder e de capital acima de qualquer aspecto coletivo e usam o seu poderio para atacar aqueles que tentam contra as suas façanhas, como no comportamento de seus apoiadores que, mesmo se encontrando em uma escala de subordinação, acreditam fielmente e entregam toda a sua força de trabalho para contribuir para a popularização desses governantes.

Sendo assim, entende-se o papel das distopias como um despertador antecipado que, a partir da mensuração das consequências as ações de líderes autoritários, busca alertar a população sobre o que poderá acontecer num futuro não tão distante a fim de acordar o sentimento de revolta e o senso de justiça que deveria ser um dos pilares para um governo que pensa no bem estar social da sociedade do seu país, mas que não consegue garantir total eficiência, pois, a depender da profundidade do sono, o barulho feito não será suficiente para acordá-los.

### **1.3 O PAPEL DA SOCIEDADE EM UMA REALIDADE DISTÓPICA**

Durante toda a história do mundo, pode-se observar que o poder do povo sempre esteve presente, mesmo em regimes ditatoriais, e foi responsável por grandes avanços e por conquistas imensuráveis no que concerne aos direitos e garantias dos cidadãos - neste caso, voltando os olhos para as atuais democracias que possuem um passado marcado por lutas e conflitos que resultaram em prisões, exílios, torturas e mortes. Na obra “O que é isso, companheiro?”, publicado pela primeira vez em 1979, ainda durante a ditadura civil-militar, Fernando Gabeira relata suas memórias como militante sobrevivente deste período marcado na história brasileira:

Ninguém podia prever, com exatidão, o que estava se passando nas prisões brasileiras. Todos nós, em diferentes níveis, estávamos estupefatos. Por mais que nós enviássemos bilhetes da cadeia, por mais que colecionássemos histórias escabrosas, não conseguiríamos apreender aquele processo em sua complexidade, antes de vivê-lo na carne. Preparávamos álibis, escrevíamos manuais sobre o comportamento na tortura, antevíamos nossas fraquezas e qualidades, mas, no fundo, fomos surpreendidos com o que vimos no interior dos quartéis. Eram gigantescos os mecanismos montados para nos destruir. Às vezes, antes de dormir, dizia a mim mesmo que nos tratavam como prisioneiros de guerra. Mas era apenas um consolo. E daí? E se fôssemos prisioneiros de guerra vindos de outro país, de outro planeta. Uma civilização que tratava dessa forma seus prisioneiros de guerra precisaria ser repensada de alto a baixo. (GABEIRA, 2001, p. 197).

Durante o levante popular, o regime militar instaurou atos institucionais que ampararam as atrocidades cometidas pelos governantes à época, dessa forma, o sequestro, a tortura e a morte eram relativizados e usados como forma de garantir a ordem no país e encontravam o apoio de uma parte da população que enxergava ali a possibilidade de se alcançar um futuro melhor para os seus, tal como acontece em *Vox (2019)*.

As manifestações populares contra os líderes autoritários não se deram apenas através das lutas armadas, cantores como Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Chico Buarque se valiam do alcance da sua personalidade artística para transformarem suas letras em símbolo de crítica social, oposição e denúncia. As canções eram submetidas à Divisão de Censura e Diversões Públicas, instituída em 1972, durante o governo Médici. Porém, nem todas as interpretações eram observadas e algumas músicas, como *Apesar de você*, de Chico Buarque de Hollanda, foram inicialmente autorizadas e somente após o seu sucesso é que tiveram a sua intenção compreendida pelos capachos da ditadura.

Mesmo diante de tantas ameaças, a ação dos militantes continuou e permitiu que, após 21 anos com os militares no poder, fosse possível desfrutar de um governo civil pautado na democracia. Hoje, sob a luz dessa análise, a sensação que toma os pensamentos é a nostalgia distópica, pois, ao se observar o passado, o que resta é a incredulidade, sentimento presente em toda a população que antecedeu à ascensão dos líderes autoritários retratados nas distopias.

Assim sendo, o papel da sociedade em uma realidade distópica dependerá da sua instauração ou da sua iminência, observadas as diferenças no ponto de vista das obras que relatam ambas possibilidades.

Se narrando um regime autoritário já instaurado, as distopias - imaginárias ou não -, conforme a contribuição de Walter Benjamin (1996) para a concepção dialética da história, buscam “escovar a história a contrapelo”, popularizando a versão dos vencidos, a realidade vivida pelos sobreviventes e externalizando as artimanhas reacionárias das quais se valiam os líderes políticos. Nesses casos, percebe-se no comportamento social que a oposição é estruturada apenas quando o cenário se encontra em níveis jamais vivenciados.

Se já instaurada, a realidade exige uma manifestação urgente e um posicionamento forte para a derrocada dos regimes autoritários, tendo em vista que estes já se encontram fortalecidos, contando com apoio popular e com postos e cargos importantes ocupados por seus indicados. Nesses casos, o gigante que precisará ser derrubado é infinitamente maior e serão necessários inúmeros pedregulhos para que essa queda seja efetivamente vivenciada.

Em contrapartida, se analisada sob a ótica de um alerta, a consideração feita por Carlos Eduardo Ornelas Berriel sintetiza de maneira esclarecedora qual a intenção da distopia:

A distopia busca colocar-se em continuidade com o processo histórico, ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia). (BERRIEL, 2005, p. 2)

À vista disso, percebe-se que o alerta feito antecipadamente ou no início da ascensão autoritária possibilita a estruturação e a preparação de uma manifestação popular, o entendimento e uma previsão do futuro - mesmo que de forma exagerada -, e garante um período para que a realidade vivida seja reconhecida nas páginas dos livros, tendo em vista que, como dito por Hilário (2003), as distopias funcionam como uma previsão que precisa ser combatida no presente.

Para garantir a comoção da sociedade os autores distópicos valem-se da semelhança com a realidade, a fim de gerar assimilação com a vida real. Afinal, se não houver identificação com a narrativa, não será despertada a ânsia da mudança e o desespero ocasionado pelo medo do que poderá ser vivenciado num futuro próximo.

Ainda assim, é comum que alguns leitores não relacionem o que está sendo previsto com a atualidade e, por consequência do excesso nas proporções, seja tomado pelo sentimento de incredulidade e até mesmo de cegueira. Por estarem imersos no sistema e isolados nas suas bolhas, alguns cidadãos não enxergam para além do hoje e, por isso, não conseguem projetar as consequências das atrocidades cometidas para o futuro. Além disso, é comum que o sentimento de revolta seja despertado em pessoas que se preocupam com o futuro das gerações vindouras e agem para além do que diz respeito à sua própria vida.

Isto posto, caso abordada a partir de um regime autoritário já instaurado, a narrativa distópica pode ser compreendida como uma intimação, exigindo que a sociedade se levante e se manifeste com urgência. Se tratando a distopia como um alarme de incêndio - abordagem que será utilizada nesta análise -, sendo ainda uma iminência, entende-se que o papel da sociedade é encontrar o foco de fumaça antes que as chamas se alastrem desordenadamente.

## 2 A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO FORMA DE SUBVERTER A DEMOCRACIA

Arruinar um sistema político na atualidade exige atitudes ardilosas e que sejam tomadas sob a sombra da luz da imprensa e em direção contrária aos olhos da população – no entanto, não são necessários malabarismos para se fazer algo nunca visto.

Líderes políticos que compactuam com um governo autoritário que buscam (re)implementar um sistema político que possibilite e facilite movimentações antidemocráticas, responsáveis por atacarem diretamente os direitos sociais conquistados pela população, sabem que se valendo de um discurso raso e promovendo soluções imediatas é possível conquistar um rebanho de seguidores que contribuirão para a ascensão dos seus desejos.

A pauta da criminalidade, levantada incansavelmente por personalidades políticas que aspiram ou que ocupam cargos de governo, é um exemplo do que pode ser utilizado para convencer a população e a manter sob seu controle.

Especialmente após a reabertura democrática, as falhas da segurança pública acompanham o nosso país ao longo de toda a sua história e refletem diretamente no crescimento da violência e dos crimes cometidos no Brasil ano após ano e, desconsiderando o que está exposto no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, as decisões tomadas a fim de se solucionar tal problema social transferem para as escolas a responsabilidade de vigiar e punir jovens transgressores.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
I - polícia federal;  
II - polícia rodoviária federal;  
III - polícia ferroviária federal;  
IV - polícias civis;  
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.  
VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (BRASIL, 1988, art. 144)

Dessa forma, transfere-se a responsabilidade do Estado e dos órgãos de polícia para a escola e insere-se no espaço educacional militares que não possuem capacitação para educar crianças e jovens, tratando-os com o mesmo rigor e com as mesmas restrições de um estabelecimento prisional, contribuindo diretamente para o

fortalecimento da imposição da produção de disciplina trazida por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (2008) quando analisa o poder disciplinar na escola.

Além de fortalecer a produção de disciplina já existente no ambiente educacional, a militarização das escolas promove um crescimento e a modificação dessa disciplina que deixa de ser concebida apenas no âmbito escolar e passa a ser aplicada no âmbito civil, responsabilizando crianças e jovens por suas ações, como sentenciava-se um criminoso.

Através do medo e da hierarquia instaurada, militares tolhem a liberdade e a individualidade de cada aluno durante o seu desenvolvimento colegial, favorecendo e patrocinando a consolidação de uma população domesticada e que, mesmo alcançando a plenitude do exercício dos seus direitos civis, se acomoda e se faz refém de governos autoritários que não se manifestariam caso a criticidade e a liberdade de confrontar não fosse interrompida ainda durante a sua germinação e se a população - moldada - não seguisse a mesma direção.

O poder disciplinar não coage em sentido direto, mas atinge seus objetivos através da imposição de uma conformidade que deve ser atingida. Em suma, ele normaliza, ou seja, molda os indivíduos na direção de uma norma particular, uma norma sendo o padrão de certo tipo. A disciplina determina o que é normal e, depois, desenvolve medidas e práticas para avaliar se os indivíduos são normais e para moldá-los segundo uma norma. (DAHLBERG apud SANTANA, 2007, p.121)

À vista disso, o controle das escolas e a imposição de um regime militarizado permite que tais líderes políticos garantam o fortalecimento dos seus ideais mesmo com o passar de gerações e com o cadastramento de novos eleitores.

## **2.1 A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL<sup>1</sup>**

A escola é um dos pilares da Democracia. Para além de todo o conteúdo didático, é no ambiente escolar que se forma a base de uma sociedade democrática, humana e plural. As crianças são apresentadas para um mundo que está à frente do

---

<sup>1</sup> Entende-se por controle social o domínio exercido por governos autoritários sobre o comportamento e sobre a liberdade da população a fim de se manter o poder com apoio da maioria dos cidadãos.

que é vivido e aprendido em casa, contribuindo para o respeito às diferenças e para o entendimento da pluralidade social, resultando numa inserção dos princípios democráticos de forma natural e com uma didática pensada para elas.

No entanto, a base democrática estabelecida durante a educação infantil precisa ser continuada, aprofundada e incentivada ao longo de todas as fases escolares, pois, ao passo em que se cresce, os questionamentos surgem, o contexto social se transforma, os líderes políticos mudam e as informações são repassadas sob a ótica da imprensa para jovens que estão vivendo um processo de lapidação do pensamento crítico.

Analisando a história do Brasil, é na juventude que se enxerga – ou que se enxergava – o poder do povo e o seu exercício através de movimentos de oposição, inclusive durante a Ditadura Militar instaurada durante os anos de 1964 e 1985, com a oposição aos ditames dos líderes que tomaram e repassavam o poder ano após ano e à parcela da sociedade que apoiava a ascensão do regime ditatorial. A força dos estudantes também se fez presente no movimento caras-pintadas, que tem o seu início marcado no movimento estudantil, que tinha como principal objetivo o impeachment do então presidente, Fernando Collor de Mello.

**Figura 2 e 3 – O levante popular da juventude brasileira**



Fonte: <https://profdanielmedeiros.files.wordpress.com/2020/10/democraquia125929.jpg>



Fonte: Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Caras-pintadas#:~:text=Os%20caras%2Dpintadas%20foi%20o,%C3%A9poca%2C%20Fernando%20Collor%20de%20Mello.>>

À vista disso, ainda durante a Ditadura Militar, observando que a organização de movimentos estudantis surgiam e se fortaleciam ainda na fase escolar e que a grande oposição vivida pelos governos da época se dava através dos estudantes, iniciou-se um processo de sucateamento da educação pública brasileira, a fim de se oferecer um ensino deficiente e inferior nas instituições públicas, abrindo alas para a privatização, conforme previa o artigo 168 da Constituição de 1967: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”, e para a segregação da população pobre que não conseguiria arcar com as custas do ensino privado.

De acordo com os dados coletados pelo Professor Dermerval Saviani (2008), as verbas destinadas para a educação reduziram drástica e sucessivamente, sendo observada uma redução de 2,6% entre os anos de 1970 e 1978.

Desde então, o ensino público brasileiro sofre com uma precarização - consequente da falta de investimentos -, que alimenta as desigualdades sociais e educacionais, resultando na formação de alunos sem grandes perspectivas de futuro e que farão parte de uma população facilmente manipulada por discursos patifes, e que contribuiu diretamente para o enfraquecimento dos movimentos estudantis que acendiam a chama dos movimentos populares e que mostravam a força e a voz de uma sociedade insatisfeita e ciente dos seus direitos.

Com isso, a migração dos jovens de elite para as instituições de ensino particulares cresceu e as escolas públicas se tornaram opção apenas para a

população pobre e marginalizada de todo o país que se enxergava à deriva e sem perspectivas de um futuro garantido através da educação, tendo em vista que a baixa qualidade de ensino dificulta - ou melhor, impossibilita - o acesso dos jovens periféricos nas instituições públicas de ensino privado. Tal disparidade pode ser compreendida através da fala do professor Amarílio Ferreira Junior (2016) em entrevista realizada pelo Centro de Referências em Educação Integral:

A ditadura não criou, mas acentuou a dualidade entre o ensino público e o privado, da pré-escola ao ensino superior. A consequência é que as escolas públicas perderam a qualidade e passou a ser destinada aos mais pobres, enquanto o ensino privado começou a ser uma alternativa para os mais ricos e para as elites que secularmente governaram o país. (FERREIRA JUNIOR, 2016, p. 11)

Valendo-se da insatisfação populacional e da oportunidade de se criar uma escola controlada e com suas bases pedagógicas adulteradas para atender aos objetivos dos governantes, deu-se início ao projeto de militarização das escolas municipais e estaduais - que se diferem das tradicionais escolas militares do Exército Brasileiro - no final da década de 1990. O aumento da criminalidade e a promessa de uma melhoria extraordinária foram as principais pautas dos discursos ideológicos utilizados pelos defensores da implantação do regime.

Com policiais militares ocupando cargos dentro das escolas e sendo responsáveis pelo controle disciplinar dos alunos, aqueles que não se adequam às normas são "convidados a se retirar" e procurar outra instituição para darem sequência aos estudos. Para os que ficaram, as regras são rígidas, proíbem e tolhem comportamentos normais de crianças e adolescentes, padronizam os estudantes através dos cortes de cabelos, dos uniformes e até do sapato que deve ser utilizado.

Dessa forma, a individualidade de cada um e as manifestações de personalidade não são respeitadas e o pensamento crítico não é incentivado, tendo em vista que os estudantes são impedidos de levantarem questionamentos quanto às regras e ao regimento escolar, impedindo-os de participarem diretamente dos processos que acontecem dentro da escola - o que não é visto como um problema por aqueles que apoiam a militarização das escolas, pois, como proferido nos discursos que justificaram o procedimento, os problemas da educação e da criminalidade seriam resolvidos com apenas uma solução -, e o controle social é

exercido com facilidade, moldando jovens que num futuro próximo iniciarão o exercício da sua cidadania diretamente.

Na escola, o controle de mínimas parcelas da vida e do corpo dos estudantes, por meio das práticas disciplinares, oferece todo um conjunto de saber, de dados, de receitas que permitem o controle e utilização dos indivíduos que configuram o ambiente escolar. (Foucault *apud* GUIMARÃES, 2003 b, p.34)

A aprovação social e a entrega de resultados acima da média, independentemente dos meios pelos quais são alcançados, engrandecem o projeto e alimentam diariamente a manutenção de um controle social que acontece de maneira indireta através do poder disciplinar e em troca de condições mínimas de educação já garantidas na Constituição Federal de 1988, sem que sejam questionadas as consequências futuras desse instrumento de barganha, pois a conformidade instaurada nos estratos sociais contribui para a normalização de atitudes até então inaceitáveis.

O poder disciplinar não coage em sentido direto, mas atinge seus objetivos através da imposição de uma conformidade que deve ser atingida. Em suma, ele normaliza, ou seja, molda os indivíduos na direção de uma norma particular, uma norma sendo o padrão de certo tipo. A disciplina determina o que é normal e, depois, desenvolve medidas e práticas para avaliar se os indivíduos são normais e para moldá-los segundo uma norma. (DAHLBERG *apud* SANTANA, 2007, p.121)

Assim, como trazido por Santana (2007), a “imposição de uma conformidade que deve ser atingida” é trazida a conta gotas até que a população se encontre conformada e normalize o estabelecimento de um padrão que molda os cidadãos.

## **2.2 AS DESVANTAGENS DE UMA DITADURA MANIFESTA E A SUBVERSÃO DA DEMOCRACIA**

O golpe militar de 1964 foi marcado por tanques de guerras nas ruas da capital do país e por centenas de militares que se dirigiam até à residência presidencial de João Goulart, então presidente do Brasil durante a fase conhecida como Quarta República, marcada por ser a primeira experiência democrática vivenciada pelos brasileiros e por ter promovido grandes mudanças nas estruturas políticas e sociais.

**Figura 4 – Golpe militar aos moldes históricos**



Fonte: Disponível em <<https://jornal140.com/2021/11/13/memoria-verdade-e-justica-cicatrices-da-ditadura-militar-brasileira/>>

Apoiado por civis, governadores e pelos Estados Unidos, Jango não resistiu ao golpe a fim de evitar um derramamento de sangue, observado o clima de tensão que se instaura no país há alguns anos. Assim, os militares tomaram o poder com facilidade e deram início aos 21 anos de ditadura militar no Brasil.

Em 31 de março, os tanques de guerra do Exército já se dirigiam ao Rio de Janeiro, onde Goulart se encontrava. O governo caiu sem grandes resistências. A ida de Jango para o Rio Grande do Sul foi o argumento para o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional, declarar a vacância do cargo de presidente da República, devido aos últimos acontecimentos. No dia 3 de abril, o general Castelo Branco já era o novo presidente do Brasil. Jango partiu para o exílio no Uruguai. (ARAUJO, SILVA, SANTOS, 2013, p. 16)

Em 1979, a promulgação da Lei da Anistia pelo presidente João Baptista Figueiredo, concedeu liberdade a todos os presos políticos ou civis que tiveram seus direitos políticos suspensos, mas também perdoava todos os crimes cometidos contra a população pelos militares que detinham o poder, como pode-se observar na redação do artigo 1º da referida lei:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes

sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979, art. 1º)

Para os militares responsáveis pelas barbaridades praticadas no período ditatorial, a Anistia cumpriu o mesmo papel que uma borracha utilizada em uma folha escrita a lápis: apagar toda a história para que se abra espaço para uma nova escrita, esquecendo-se por completo tudo o que esteve ali. No entanto, os militantes que se opuseram e que sofreram com prisões, torturas e mortes se valeram da memória para que nenhuma atrocidade cometida fosse esquecida, normalizada ou perdoada. O texto de João Roberto Martins Filho (2003), “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”, expõe como os comportamentos de quem oprimiu e de quem foi oprimido são destoantes no que concerne a divulgação dos acontecimentos e da história da ditadura militar no Brasil:

Uma revisão dos depoimentos de militantes e militares sobre os tempos mais sombrios da ditadura brasileira do pós-64 revela, já de início, uma diferença básica: os ex-militantes se esforçam por manter viva a memória dos anos 60 e 70; a maior parte dos oficiais ouvidos sobre o assunto gostaria que se baixasse sobre certos aspectos desse período o manto do esquecimento. De certa forma - pelo menos, na primeira onda de memórias revolucionárias - a esquerda procurou continuar nas páginas dos livros a luta contra a ditadura. “Narrar é resistir”, diz a epígrafe de Guimarães Rosa citada no livro de Fernando Gabeira ([1979], 2001). “A única solução é não esquecer” concluiria, já em outro contexto, Flávio Tavares (1999:13).<sup>1</sup> Em contraste, quando instados a falar, os oficiais das Forças Armadas, principalmente os que têm ou tiveram responsabilidades institucionais, insistem na necessidade de “virar a página” da história e pensar no futuro - em prol da concórdia nacional e do bom nome de suas corporações. Dessa maneira, os narradores de esquerda parecem na obrigação de contar e recontar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada. Suas narrativas são corroboradas pelas obras de historiadores e jornalistas. Do lado dos militares não se comemora a vitória. (MARTINS FILHO, João Roberto, 2003, p. 1)

Desse modo, tendo em vista a memória dos sobreviventes que lutaram bravamente em nome da Democracia, a história contada por eles e por historiadores e observado o início da consolidação do Estado Democrático de Direito, líderes autoritários abandonaram os golpes de estado conhecidos em todo o mundo e se valeram de ações previstas na Constituição Federal, norma responsável por reger e por limitar os movimentos políticos de governantes eleitos, para alcançarem seus objetivos, movimento nomeado pelo Ministro Roberto Barroso de constitucionalismo abusivo:

O constitucionalismo e as democracias ocidentais têm se deparado com um fenômeno razoavelmente novo: os retrocessos democráticos, no mundo atual, não decorrem mais de golpes de estado com o uso das armas. Ao contrário, as maiores ameaças à democracia e ao constitucionalismo são resultado de alterações normativas pontuais, aparentemente válidas do ponto de vista formal, que, se examinadas isoladamente, deixam dúvidas quanto à sua inconstitucionalidade. Porém, em seu conjunto, expressam a adoção de medidas que vão progressivamente corroendo a tutela de direitos e o regime democrático. (BARROSO, 2019, p. 10).

A utilização de instrumentos previstos na Carta Magna normaliza - considerando que estes já são normatizados -, condutas autoritárias que, hipocritamente, almejam o enfraquecimento das normas constitucionais para ascenderem legalmente os seus regimes autocráticos.

Apesar de as Constituições, através de meios democráticos, darem legitimidade para os governantes representarem seus interesses, alguns líderes se valem dessa prerrogativa para validarem suas próprias inclinações ideológicas e predileções pessoais. Analisando o declínio na utilização dos golpes militares para tomada do poder nas últimas décadas e observando essas alterações no campo progressista, David Landau (2013) cunha o termo “constitucionalismo abusivo” para expressar o uso excessivo de mecanismos de mudança constitucional para burlar os sistemas democráticos, como emendas constitucionais e constituições de reposição. Para ele, cada vez mais estão sendo utilizadas ferramentas legítimas para transformar os governos democráticos em regimes autoritários ou semi-autoritários, como foram os casos da Colômbia, com o Presidente Alvaro Uribe Velez; da Hungria, com a Fidesz – União Cívica Húngara; e da Venezuela, na figura de Hugo Chávez. (CORTEZ, 2020, p. 18)

No que concerne a movimentação planejada para obter-se o controle social, a militarização das escolas torna-se uma mudança de fácil aceitabilidade, tendo em vista os discursos utilizados por tais líderes e as dores vividas pela população, e que contribui grandiosamente, mesmo que a longo prazo, para a implementação de um novo regime autoritário instituído através das lacunas interpretativas deixadas no texto constitucional.

A instauração de um regime militar nas instituições escolares pode, então, ser vista como um golpe de estado indireto e futuro, pois, a partir do controle exercido sobre os alunos e da padronização de seus comportamentos, inclinando a eles o discurso de que apenas governos com vieses autoritários serão capazes de retomar as rédeas do país - considerando que para líderes autocráticos e seus apoiadores o Brasil encontra-se em total descontrole desde a abertura democrática no fim no regime militar -, forma-se uma população convencida de que há apenas um caminho e disposta a apoiar a qualquer custo, sem acessar em sua memória os vestígios

trágicos deixados por um governo militar, a ascensão dos seus governantes ao poder e às movimentações por eles realizadas, mesmo que isso custe direitos conquistados a duras penas, resultando na subversão do sistema democrático através do enfraquecimento das estruturas constituídas para o seu próprio fortalecimento.

### **2.3 O DESRESPEITO ÀS LIBERDADES INDIVIDUAIS E O TOLHIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO**

Segundo Seffner (2017, p. 5):

A educação escolar carrega consigo valores universais de emancipação, de justiça social, de igualdade e de uma sociedade democrática em que os indivíduos possam experimentar mobilidade pelo justo uso de suas competências cognitivas.

A escola, além do caráter científico que é direcionado pelas diretrizes básicas de educação e que promovem o ensino substancial das diversas áreas de saberes, possui a louvável missão de inserir crianças e jovens em um mundo plural e democrático.

Os professores são instrumentos de mediação importantes para que os valores universais trazidos por Seffner (2017) sejam amplamente repassados com eficiência para todos os alunos e a liberdade de ensinar é crucial para que os conteúdos e saberes não sejam filtrados, censurados ou proibidos por quem assume lugares de poder.

Garantida na Constituição Federal de 1988, a liberdade de ensinar - também conhecida como liberdade de cátedra - está presente na história brasileira desde a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (artigo 155), proclamada em 1934, após a Revolução de 1930, e esteve presente mesmo durante os regimes ditatoriais aqui instaurados.

No entanto, é preciso estabelecer os limites da liberdade de ensinar para que não seja a educação uma porta de disseminação de preconceitos, violências estruturais e de desigualdades sociais cada vez mais marcantes, bem como da limitação do pensamento crítico embasado em apenas uma visão da história.

A liberdade de ensinar se articula com os direitos constitucionais de igualdade e não discriminação, e isso tem a ver com o diálogo com os marcadores sociais da diferença, o compromisso com o pluralismo democrático e o respeito às culturas juvenis, que devem encontrar na escola um lugar de expressão e respeito. Um professor não tem liberdade de ensinar ao ponto de promover em sala de aula discursos de ódio e discriminação. Um professor tem o dever de ir além de sua visão particular do evento, respeitando o direito de aprender do aluno, e mostrando outras visões (SEFFNER, 2017, p. 19)

Com o respeito à liberdade de ensinar - e, por consequência, à liberdade de aprender -, é possível contribuir para a estruturação de uma sociedade futura que pense individualmente, a partir de suas próprias crenças, mas pautado no respeito às diferenças, à pluralidade social e à democracia - sendo esse pilar fundamental para o sustento de uma sociedade diversa e igualitária.

À vista disso, governos autocráticos encontram na educação uma possibilidade de oposição às suas condutas e buscam ações que interfiram e ataquem diretamente às liberdades supramencionadas. O desrespeito às liberdades individuais e o tolhimento do pensamento crítico está diretamente ligado à imposição de uma conduta e de um comportamento - aqui especificamente sobre o padrão militar instaurado nas escolas militarizadas - e ao preconceito social com recortes raciais e financeiros vivenciados por alunos matriculados nas instituições militares constantemente, como aconteceu com uma estudante de 13 (treze) anos que foi barrada na entrada do Colégio Municipal Dr. João Paim, em São Sebastião do Passé, em Salvador. De acordo com a mãe da estudante, a filha foi impedida de entrar na instituição pois seu cabelo estava “inchado”. No dia, a aluna que tem o cabelo crespo, estava de coque.

**Figura 5** – O desrespeito às liberdades individuais por parte das escolas militares



Colégio afirmou que garota não seguiu regras; mãe aponta racismo  
Imagem: Getty Images

Escola militar na BA  
barrada aluna de 13 anos  
por causa de cabelo  
'inchado'

Ed Rodrigues  
Colaboração para Universa, de Recife  
28/03/2022, 17h10

Fonte: Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/28/escola-na-ba-expulsa-aluna-de-13-anos-por-causa-de-cabelo-crespo.htm>>

A fim de questionar as bases pedagógicas nas quais a escola encontra-se firmada, líderes políticos atacam diretamente pensadores e educadores extremamente importantes para a formação escolar de jovens e crianças, como o ataque feito pelo Presidente Jair Bolsonaro contra Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira com reconhecimento e grande influência internacional, em 2019, durante sua fala sobre a não renovação do contrato com a associação responsável por gerir a TV Escola desde 1995:

Era uma programação [da TV Escola] totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a 5, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos [no ministério], tem muito formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda. (BOLSONARO, 2019, p. 5)

Assim, cria-se um padrão e insere-se crianças e jovens em um modelo “educacional” fazendo com que ao alcançarem a sua capacidade civil plena não tenham um pensamento crítico estabelecido e que seja usado para questionar e escolher os seus líderes com consciência e razão, sem que sejam guiados por um discurso sórdido. O desrespeito às individualidades e liberdades garantidas constitucionalmente fere a essência de cada ser humano e contribui para o estabelecimento de um padrão visto como o único aceitável em que se exclui e marginaliza - ainda mais - aqueles que travam sua própria batalha contra esses mecanismos.

Destarte, em acordo com as palavras de Paulo Freire, “não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida”, portanto, por trás de todas as ações tomadas para a padronização da educação e dos estudantes tem por objetivo a subversão ardilosa da Democracia.

### **3 VOX E A PROJEÇÃO DE UM FUTURO DISTÓPICO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA**

Em 2016, um líder de extrema direita é eleito de forma direta e assume o poder em uma potência mundial. Apoiado por defensores da família, da religião, da moral e dos bons costumes, ele promete tomar as rédeas do país e fazer com que os valores e princípios vistos pela maioria como fundamentais voltem a guiar a população do país.

Ao assumir o poder, uma das primeiras ações do presidente que afeta diretamente a vida da personagem principal é privar as mulheres - crianças, jovens, adultas e idosas - de exercerem suas profissões, de estudarem e até de falarem sem restrições, pois, vivem com um contador de palavras no pulso que emite choque caso o limite de 100 palavras por dia não seja respeitado.

Narrado a partir da vida de Jean McClellan, uma médica neurolinguística extremamente renomada nos Estados Unidos, diversas questões sociais que podem ser observadas na realidade brasileira são abordadas durante a narrativa, como o fanatismo religioso, o patriarcado, a importância do voto consciente e do feminismo e como o comportamento passivo da população pode contribuir para trágicas consequências.

No início da história, Jean relata como são os seus dias e de sua filha, Sônia, agora que não podem se expressar livremente através da fala e não podem ler livros e jornais. Sônia, de apenas 3 anos, está sendo educada em uma escola apenas para meninas, onde essas são treinadas para cuidarem do lar e Jean não pode mais trabalhar. Enquanto isso, para os homens nada mudou. Seu marido e seus três filhos são agraciados por um sistema machista e seguem suas vidas normalmente. Na escola, os meninos são ensinados a darem continuidade a um comportamento opressor que menospreza, diminui e subalterna mulheres.

Christina Dalcher, autora da obra, criou personagens e tramas reais para que o leitor se aproxime da narrativa e para que se compadeça do que tem sido vivido nesse novo governo.

No passado, Jean, do alto do seu lugar de privilégio e de todo o seu conhecimento acadêmico, nunca esteve ligada diretamente aos acontecimentos políticos do seu país, ao contrário disso, ela se absteve na eleição que antecedeu a

chegada do líder autoritário ao poder. Somente depois de sofrer na pele as consequências de um governo autocrático, Jean entendeu o que Jackie Juarez, sua amiga desde a época da faculdade, tentava barrar em manifestações e o que tentava alertar à população feminina em relação ao que estaria por vir caso a extrema direita alcançasse a sua ascensão ao poder, como fez durante uma entrevista em um programa de televisão um ano e meio antes da posse do novo presidente.

Vocês não fazem ideia, senhoritas. Absolutamente nenhuma ideia. Estamos a um passo de voltar à pré-história, meninas. Pensem nisso. Pensem onde vocês vão estar, onde suas filhas vão estar, quando os tribunais atrasarem os relógios. Pensem em expressões como “permissão do cônjuge” e “consentimento paterno”. Pensem em acordar um dia e descobrir que não têm voz em nada. (DALCHER, 2018, p. 16)

Enquanto assiste ao discurso de Jackie na televisão, o seu filho mais velho, Steven, também acompanha e se refere à militante como histérica. Ali, meses antes da eleição, percebe-se o avanço da direita no país e a banalização do respeito às minorias, como acontece no Brasil desde o golpe<sup>2</sup> sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Em Vox (2018), os garotos passam a estudar matérias como “Estudos Religiosos Avançados” e são ensinados a serem dominadores, opressores e autoritários. Steven é responsável por mostrar ao leitor como jovens podem ser influenciados e adaptados para seguirem e acreditarem em apenas uma verdade. Em um dos trechos do livro da referida disciplina é possível dimensionar o quão opressor um regime autoritário pode ser e como isso é tratado com normalidade até como benevolência por quem acredita em seus ideais.

A mulher não deve ir às urnas, mas tem uma esfera própria, de incrível responsabilidade e importância. Ela é a guardiã do lar, nomeada por Deus... Ela deve ter total consciência de que a sua posição de esposa e mãe, e de anjo do lar, é a tarefa mais santa, mais responsável e régia designada para os mortais; descartar qualquer ambição de algo mais elevado, já que não existe nada tão elevado para os mortais. (DALCHER, 2018, p. 56)

---

<sup>2</sup> Em 03 de fevereiro de 2022, o Ministro Luís Roberto Barroso, em um artigo escrito para a edição de estreia da revista do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), afirmou que “A justificativa formal foram as denominadas ‘pedaladas fiscais’ —violação de normas orçamentárias—, embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política”. Portanto, a partir dessa afirmação, não há que se falar em impeachment.

A partir disso, é possível compreender que as modificações responsáveis por transformar as escolas em centros de formação de seguidores fiéis - homens - e de donas de casa conformadas - em alguns casos, também apoiadoras do governo - traz resultados a médio e longo prazo para a instauração de um regime ditatorial.

O apoio desenfreado e inquestionável de Steven ao atual presidente e às medidas por ele tomadas possibilita a compreensão do que pode ser estruturado a partir da militarização das escolas no Brasil - tendo em vista o crescimento dessa conversão durante o governo Bolsonaro<sup>3</sup>.

Durante a narrativa, apesar de se tratar de uma distopia - conhecida por trazer projeções do futuro de maneira exagerada -, é possível encontrar grandes similaridades entre as ações tomadas pelo governo autoritário retratado na obra de Dalcher (2018) e aquelas traçadas pelo atual governo brasileiro, mesmo não sendo estas ações que interfiram direta e imediatamente na vida de uma parcela populacional específica.

No Brasil, o excessivo uso de decretos presidenciais e de medidas provisórias são uma manobra frequentemente utilizada para que se faça valer os desejos do líder autoritário que detém o poder sem que seja necessário respeitar o trâmite legal, caminhando na contramão da história deixada pelos golpes militares manifestos já vivenciados por vários países e valendo-se do constitucionalismo abusivo, definido pelo Ministro Luís Roberto Barroso.

Até então os mecanismos de proteção da democracia existentes no direito constitucional internacional comparado não se mostraram eficazes para combater o constitucionalismo abusivo. Por exemplo, normalmente, os golpes militares são realizados em evidente desacordo com a ordem constitucional vigente, porém, podem existir casos em que governos militares ditatoriais busquem legitimação legal para suas ações (LANDAU, 2013), e assim, implementem regimes autoritários através de meios legais; ou que governos efetivamente democráticos, eleitos por voto popular, passem a se utilizar demasiadamente de decretos e medidas provisórias, interferindo nos papéis postos nas constituições e violando a separação dos poderes, numa aproximação a tendências autocráticas. (CORTEZ, 2020, p. 18 e 19)

A partir do abuso dessas medidas constitucionais, um governo autoritário consegue derrubar direitos conquistados à base de muita luta e suor ao longo dos

---

<sup>3</sup> De acordo com as informações colhidas no site do Ministério da Educação, 216 escolas estão relacionadas na lista de escolas militares entre os anos de 2020 e 2021.

anos e que garante - em muitos casos - o mínimo para uma parcela minoritária da população.

As consequências de tais ações e a impossibilidade ou dificuldade de reversão delas foi prevista e visualizada pelos opositores, que tentarem reverter a sua ascensão através do “Movimento Vira Voto<sup>4</sup>” que ganhou força às vésperas do segundo turno das eleições gerais de 2018, de Jair Bolsonaro, ainda durante a especulação do lançamento da sua candidatura. No entanto, para os seus apoiadores, o discurso raso e desenfreado do atual presidente trazia as características de um líder populista, disposto a se compadecer e até mesmo de alegar sentir as mesmas dores de um grupo opressor, patriarcal e extremista, fiéis a uma única verdade e capaz de tudo para defender o que se acredita.

Dessa forma, alegando ser o único capaz de findar a corrupção no país e de garantir a prevalência dos valores cristãos no Brasil - um país constitucionalmente laico -, Bolsonaro angariou uma grande parcela da população que depositou nele - e ainda deposita - toda a esperança de se frear o avanço das conquistas da minoria, além de se enxergarem representados em todo o seu discurso arbitrário. Ele representa e abriu alas para que todo o preconceito enraizado e escondido nas raízes da população fosse demonstrado sem temor ou pudor algum.

Vox (2018) traz à tona a possibilidade inimaginável para grande parte da população brasileira de instauração de um novo governo ditatorial - tendo em vista que, assim como na obra, a sociedade não é capaz de acreditar que podemos vivenciar ações tão aterrorizantes.

Assim, é possível compreender a militarização das escolas como uma estratégia tomada por líderes autoritários a fim de se criar um rebanho de seguidores fiéis e convencidos, assim como feito pelo presidente eleito na obra de Dalcher (2018), que se valeu de mudanças pedagógicas para estabelecer ensinamentos diferenciados para meninos e meninas, moldando - desde a infância - a população de acordo com as suas crenças e preconceitos.

---

<sup>4</sup> O Movimento Vira Voto foi criado e incentivado por artistas que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro e se dispuseram a ir às ruas conversar com a população a fim de se esclarecer e apresentar motivos para mudar a sua opção. O movimento levou artistas e cidadãos de todo o Brasil para as ruas, sendo responsável por alavancar a candidatura de Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo com a sua derrota.

Hoje, após quase 4 anos de um governo deplorável, o índice de aprovação de Jair Bolsonaro alcançou o seu nível mais baixo em novembro de 2021, de acordo com Pesquisa Atlas, divulgada pelo jornal El País. No entanto, mesmo que se encerre em apenas um mandato, suas intervenções deixarão terríveis consequências para a política interna e externa do país.

Tamanha insatisfação da população abre margens para o debate acerca da consciência e da responsabilidade política dos eleitores brasileiros. Após vivenciar e sofrer com as duras intervenções do atual líder do seu país, Jean se culpa por sua abstenção durante as últimas eleições e pelo seu desinteresse na participação política, trazendo para o leitor a dimensão das diferenças e as mudanças que podem ser experimentadas caso cada um tome o seu lugar e faça a sua parte.

Minha culpa começou há duas décadas, na primeira vez em que não votei, nas vezes incontáveis em que disse a Jackie que estava ocupada demais para ir a uma das suas passeatas, fazer cartazes ou ligar para meus congressistas. (DALCHER, 2018, p. 215)

Portanto, assim como em Vox (2018), compreende-se que em uma Democracia - mesmo que no pior dos cenários - o poder se encontra nas mãos do povo, mas que é preciso consciência e responsabilidade para confiar o seu país nas mãos de um líder político. Pois, mesmo que os seus anseios e esperança de um futuro melhor seja crescente, a racionalidade faz-se necessária para que líderes autoritários não ascendam ao poder com apoio e voto popular, valendo-se, inclusive, da Constituição Federal - texto responsável por limitar as ações dos governantes e por garantir os direitos da população - para destruir de forma normatizada as bases da Democracia.

## CONCLUSÃO

As recentes ameaças sofridas pela Democracia brasileira, os ataques constantes do atual governo aos direitos sociais adquiridos arduamente e as movimentações realizadas através da educação a fim de moldar jovens cidadãos privando-os do pensamento crítico formaram os objetos de estudo da presente pesquisa, quais sejam: a militarização das escolas públicas brasileiras e uma possível ruptura da Ordem Democrática no Brasil.

A partir da delimitação dos eixos temáticos da pesquisa fez-se possível chegar à pergunta que norteou todo o processo de escrita, pode-se vislumbrar a militarização das escolas públicas no Brasil como estratégia a ser adotada por líderes autoritários como forma de controle social e de manipulação da sociedade levando-nos a uma distopia?

Valendo-se da análise comparativa entre a obra *Vox* (2018) e a realidade brasileira, a pesquisa debruçou-se sobre o crescente processo de militarização das escolas brasileiras a fim de encontrar uma possível resposta para a pergunta norteadora.

Inicialmente, para esclarecer os motivos que levaram ao desempenho da referida análise comparativa, o capítulo 1 se resumiu na elucidação das distopias e do seu importante papel na Literatura e para a sociedade. Entender o sinal de alerta emitido pelas obras distópicas e, conseqüentemente, perceber que a realidade vivida - ressalvadas as diferenças do período em que as obras foram escritas - também pode atingir as conseqüências trazidas nos textos, desperta e faz com que a sociedade saia da inércia e lute em prol da Democracia do seu país.

Feitos os esclarecimentos quanto à função das distopias, discorreu-se sobre a subversão da Democracia através da militarização das escolas por meio do controle social e sobre as desvantagens de uma ditadura manifesta, demonstrando os meios encontrados por líderes autoritários de ascenderem ao poder valendo-se do próprio texto constitucional e das manobras governamentais previstas por ele.

Ainda no que concerne a instauração do regime militar nas escolas, foi exposto nesta pesquisa de que forma as liberdades individuais dos alunos são desrespeitadas, bem como uma das premissas centrais da educação: o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem, e de que forma a invalidação da

individualidade e do pensamento crítico pode ser prejudicial para a sociedade do futuro.

Por fim, o capítulo 3 cuidou de projetar um futuro distópico para a realidade brasileira a partir da obra de Christina Dalcher que relata a ascensão de um governo autoritário nos Estados Unidos da América na atualidade e como a sociedade e, principalmente, as mulheres são afetadas pelas medidas tomadas pelo novo presidente do país.

A partir de tal comparação, foi possível observar como os discursos proferidos pelo atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, e as atitudes sorrateiras cometidas por ele e por seus escolhidos para ocuparem cargos do governo atacam a Democracia e promovem o engrandecimento de regimes ditatoriais.

O apoio popular conquistado através de discursos apelativos em prol do conservadorismo, da família e da religião também foi objeto de estudo desta pesquisa e buscou mostrar como a população contribui para a ascensão desses (des)governos e de que modo a inércia favorece o fortalecimento de tais ideais.

Assim, após todos os processos de estudo histórico-comparativo, conclui-se que em decorrência da reabertura democrática brasileira a instauração de um regime militar aos moldes conhecidos pela história não é vantajosa para os líderes que ocupam o poder e, por isso, faz-se necessária a busca de métodos que possibilitem a sua ascensão. Por isso, a militarização das escolas tornou-se uma ferramenta de instauração do autoritarismo de maneira ardilosa e que pode contribuir grandemente para a vivência de uma distopia no Brasil a médio e longo prazo.

## REFERÊNCIAS

APROVAÇÃO ao governo Bolsonaro cai para 19%, nível mais baixo desde que chegou ao Planalto. Jornal El País, São Paulo, 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-29/aprovacao-a-bolsonaro-cai-para-29-nivel-mais-baixo-desde-o-inicio-do-governo.html>. Acesso em: 03 de abril de 2022.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1934]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 6.683 (1979)**. Lei da Anistia. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 622**. Relator: Ministro Roberto Barroso. 19. abril. 2019. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5774611>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

BERRIEL, C. E. O. **Utopia, Distopia e História**. MORUS – Utopia e Renascimento, v. 2, n. 1, 2005, p. 4-10. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/issue/view/15>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CORTEZ, Larissa Cerqueira. **NORMA, PODER E LEGITIMIDADE**: Análise do controle exercido em Estados Democráticos. 2020.

CRUZ, P. A. S; FREITAS, S. A. **Disciplina, controle social e educação escolar**: um breve estudo à luz do pensamento de Michel Foucault. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP. Marília-SP, 7. ed., 2011. Disponível em:

[http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao7/autores/3\\_DisciplinaControleSocialEducacaoEscolar.pdf](http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao7/autores/3_DisciplinaControleSocialEducacaoEscolar.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2022.

DALCHER, Christina. **VOX**. São Paulo: Arqueiro, 2018.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRANCOIS, OST. **Contar a Lei** - As fontes do imaginário jurídico. 1ª ed. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.

FREIRE, Paulo. **EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

GABEIRA, Fernando. **O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?** 1ª ed. Rio de Janeiro? Estação Brasil, 2016.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **VIGILÂNCIA, PUNIÇÃO E DEPREDÇÃO ESCOLAR**. Campinas: Papirus, 2003.

JACOBY, Russell. **IMAGEM IMPERFEITA: PENSAMENTO UTÓPICO PARA UMA ÉPOCA ANTIUTÓPICA**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HILÁRIO, L.C. Teoria crítica e literatura: A distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Revista Anuário de Literatura**, Santa Catarina, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/issue/view/1969>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Apesar de você**. Phonogram PolyGram Phillips, 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LZJ6QGSpVSk>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

KARNAL, Leandro. Leandro Karnal: entrevista [julho de 2016]. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

LÖWY, Michael. **WALTER BENJAMIN: Aviso de incêndio**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS FILHO, J. R. **A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. 2002. Disponível em: [http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil\\_martins.pdf](http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil_martins.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escola cívico-militar: a educação do Brasil ganhou reforço. Página inicial. Disponível em: [https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas\\_2020-2021.pdf](https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/Escolas_2020-2021.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2022.

MORE, Thomas. **Utopia**. Brasil: Penguin-Companhia, 2018.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEREIRA, A.A.N. Não vai acontecer aqui? Utopia e distopia na era Trump. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, São Paulo, v. 1. n.1, p 136-159, 2018. Disponível em: [https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/issue/view/1](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/issue/view/1). Acesso em: 14 de maio de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEFFNER, Fernando. **Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar**. 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488969068\\_ARQUIVO\\_FernandoTextoHistoriadoresDemocraciaANPUHSP.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488969068_ARQUIVO_FernandoTextoHistoriadoresDemocraciaANPUHSP.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2022.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. **Nós**. Brasil, Editora Aleph, 2017.

ZINET, Caio. Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira? Centro de Referências em Educação Integral, 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em: 14 de maio de 2022.